



As Políticas de Educação Profissional na América Latina e a Conjuntura Política da Região: Uma Análise a partir de Brasil e Venezuela nos Anos 2000

Lucas Barbosa PELISSARI¹

RESUMO

O presente artigo contém resultados preliminares de uma pesquisa a respeito da relação entre as políticas de educação profissional latino-americanas e a conjuntura político-econômica vivida pelos países da região. Os casos analisados são o PRONATEC no Brasil e as *Escuelas Técnicas Robinsonianas* na Venezuela, adotando-se a perspectiva da análise comparativa que considera os fenômenos educacionais em suas particularidades históricas. A principal contribuição se dá na formulação de uma proposta metodológica de análise que considera os conceitos de frações de classes e bloco no poder de Poulantzas (1977) como o principal aporte teórico. Também com auxílio da Sociologia dos Movimentos Sociais, pretende-se mostrar que a análise das políticas públicas de educação profissional de um país deve estabelecer quais são os segmentos econômicos organizados como frações de classe e, por outro lado, cotejar as demandas desses setores com as medidas do governo em termos de desenho e acompanhamento das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Brasil; Venezuela; Conjuntura; Correlação de Forças.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado das análises preliminares desenvolvidas durante o curso de doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana, iniciado em 2014. Na pesquisa, temos feito o esforço analítico de situar, no contexto atual vivido pela América Latina, as políticas para a educação profissional levadas a cabo pelos governos de dois países dessa região, Brasil e Venezuela, a partir da análise comparativa que considera os fenômenos educacionais em suas particularidades históricas.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: lucasbpelissari@hotmail.com.

O principal objetivo é compreender de que modo as políticas analisadas sofrem influência da correlação de forças que orienta as disputas no bloco do poder de Estado dos países latino-americanos, procurando também analisar os embates entre as classes a partir de sua relação com o capitalismo central. Ou seja, à luz da análise das relações políticas entre governos, forças sociais e movimentos sociais nesse continente, nosso objetivo é investigar como as situações de dependência, desigualdades e incerteza do trabalho, típicas da periferia do capitalismo, são sintetizadas e/ou enfrentadas pelas políticas para a formação profissional.

O recorte temporal compreende, no Brasil, os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva e o primeiro governo de Dilma Rousseff (2003-2014). A recente unificação das políticas de educação profissional no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) é o elemento central analisado. Já na Venezuela, o recorte se dá desde a transformação da República da Venezuela com a nova Constituição Bolivariana, em 1999, até o fim do último governo de Hugo Chávez, imposto pelo falecimento do presidente, em 2013. Temos como objeto de análise o programa pedagógico/técnico/político das chamadas *Escuelas Técnicas Robinsonianas*, nos marcos dos planos oficiais relativos ao trabalho, à educação e ao desenvolvimento da nação e do Artigo 103 da referida Constituição.

Partimos de dois pressupostos básicos, que estão inter-relacionados: em primeiro lugar, a geopolítica mundial e o atual estágio de acumulação do capitalismo configuram uma determinada conjuntura político-econômica e uma correspondente correlação de forças políticas em nível internacional. Interpretamos, com Lênin (2010), que a fase monopolista de acumulação (imperialismo) faz surgir uma estrutura de dominação internacional que orienta as relações entre os países e o respectivo desenvolvimento do capitalismo em cada país.

Em segundo lugar, o capitalismo periférico latino-americano desenvolveu-se a partir de uma inserção estruturalmente subordinada ao capitalismo mundial e com uma economia dependente dos países centrais, sendo as classes dominantes latino-americanas não detentoras de um projeto de desenvolvimento autônomo e soberano, mas, com maior ou menor grau a depender do local e do momento histórico, também dependentes dos projetos em curso no centro do capitalismo. A história dessa inserção dependente, desde o século XVI, é a própria história do desenvolvimento do sistema capitalista, de modo que o estudo de um é indispensável para compreender o outro. (MARINI, 2012)

Nesse sentido, para Ciavatta Franco (2000), nas pesquisas comparadas sobre a educação, principalmente na realidade da América Latina, países inteiros são reduzidos a indicadores quantitativos de escolaridade, de forma isolada de seu desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Para ela, é o método histórico de caráter dialético que nos permite romper com as investigações centradas nos testes de hipóteses ou na lógica comparativista entre modelos, evitando uma perspectiva reducionista, fundada no positivismo e na construção de relações lineares de causa e efeito entre aspectos ou partes dos sistemas educativos dos países analisados, que serviu muitas vezes para justificar uma pretensa “vantagem política” do norte desenvolvido e do mundo ocidental e sempre legitimou as relações históricas de colonização e exploração.

Para a autora, não obstante as ambiguidades que permeiam as formulações da Teoria da Dependência latino-americana, a articulação entre esse leito teórico e as análises comparativas na educação profissional

inverteram as posições observador/observado na medida em que os países latino-americanos iniciaram um processo de explicação dos próprios problemas e de suas possíveis soluções, assim como o reconhecimento do outro e de suas relações com o outro. Há nesta situação uma certa inversão dos papéis e a procura da imagem própria que melhor corresponda à realidade destes países. (CIAVATTA FRANCO, 2000, p. 205)

Assim, o ponto de partida deve ser sempre a relação dialética entre a impossibilidade de comparar a realidade dependente da América Latina com a do norte desenvolvido e a compreensão de que a conjuntura política e as relações de poder implícitas na respectiva correlação de forças sociais podem ser a base sobre a qual se constroem as políticas educativas na região.

AS CLASSES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E A ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL

As intensas transformações políticas ocorridas na América Latina nos últimos quinze anos permitem identificar algumas características gerais na relação dos países que compõem o continente e o capitalismo central. Trata-se de tendências que acompanham as mudanças de governos e suas orientações políticas e econômicas. Nesse sentido, os conceitos de classe social e luta de classes são essenciais para se compreender a América Latina.

Para Poulantzas (1977), classe social é um conceito que recobre o campo das relações sociais e não das estruturas econômicas; nem mesmo recobre o campo conceitual das estruturas em geral. No plano das relações sociais é produzida uma série de práticas (lutas) específicas de cada classe social, dentre as quais o papel da luta política é determinante, já que tem estatuto análogo ao do político/Estatal no plano estrutural. Dessa forma, a análise de uma conjuntura específica em uma formação social deve ter como centralidade a correlação de forças entre as classes e frações de classes sociais que se colocam em luta, o que significa compreender a disputa de interesses específicos no seio do Estado e analisar como essa disputa se cristaliza no interior do bloco no poder. Essas questões são determinantes, por exemplo, para a concepção, desenho e acompanhamento das políticas públicas dos mais diversos tipos.

Durante os anos 90, a orientação hegemônica dos governos latino-americanos e das frações das classes dominantes que tinham seus interesses contemplados pelas medidas desses governos deu-se no sentido de aprofundar o receituário neoliberal². Entretanto, a insatisfação popular e as divergências entre as frações burguesas, sobretudo industrial e bancária (MARTUSCELLI, 2010), acumuladas ao longo dessa década, cristalizaram-se em coalizões políticas que se propuseram a questionar a cartilha da ortodoxia neoliberal, retomando responsabilidades estatais e recolocando na agenda política o fortalecimento das questões regionais e nacionais. Trata-se, pois, de um período de tentativa de quebra da hegemonia neoliberal na região.

Apesar das transformações, o condicionante de desigualdade e a dependência se mantêm como elementos estruturais da formação social latino-americana, mesmo nesse novo período histórico; não se verificam decisivas mudanças estruturais na região, mas, ao contrário, as novas configurações de forças impõem mudanças heterogêneas e ainda dentro da ordem político-econômica neoliberal. (BORÓN, 2008) Permanecem vivas as ideias de que a) a luta anti-imperialista não caducou na América Latina e o nacionalismo crítico não perdeu o sentido com a globalização da economia; b) o desenvolvimento capitalista não segue um evolucionismo histórico inevitável; c) os interesses imperialistas estão internalizados nas nações dependentes, em relação dialética com a estrutura de classe dessas nações. (BOITO JR., 2011)

² Boito Jr. (2011) considera o neoliberalismo um modelo de acumulação e dominação capitalista que é o resultado da ação da burguesia para restaurar seu poder e a rentabilidade do capital. As concessões feitas pelas burguesias durante o pós-guerra, tanto no Estado de bem-estar social, quanto no modelo desenvolvimentista da América Latina, introduziram limitações ao seu poder de classe, limitações estas que o neoliberalismo procurou neutralizar.

O que é evidente é que, a partir da emergência dos governos chamados progressistas, verifica-se uma assimetria e uma disputa de projetos que se orienta pela relação com o imperialismo. Essa disputa se baseia, em alguns casos, no aprofundamento da dominação (Peru, México e as conturbadas derrubadas institucionais de governos democraticamente eleitos, como em Honduras e Paraguai), em outros na construção de um consenso contraditório com o Império (Brasil e Argentina) e chega, em determinadas situações, ao enfrentamento político declarado com os EUA através do anti-imperialismo e do fortalecimento da economia nacional (campo reunido na aliança político-comercial da ALBA, com Venezuela, Equador e Bolívia).

É importante destacar, contudo, a instabilidade dessa correlação de forças e a inexistência de uma hegemonia sólida de algum desses campos políticos. As tensões, conflitos e apoios mais ou menos declarados entre as iniciativas de cada país são elementos permanentes na conjuntura descrita. Essa instabilidade caracteriza-se não só pela importante e às vezes decisiva influência dos processos eleitorais, mas também pelas relações entre os elementos econômicos, militares e culturais e pela própria atuação dos movimentos sociais.

UMA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA AMÉRICA LATINA E AS REALIDADES DE BRASIL E VENEZUELA

A resistência ao modelo neoliberal pode vir não apenas dos trabalhadores, interessados em, pelo menos, recolocar limites ao poder burguês e reiniciar um processo de redistribuição da renda, como também das burguesias internas latino-americanas (...) É certo que a resistência dos trabalhadores e a resistência burguesa ao neoliberalismo possuem natureza e objetivos distintos, mas ambas são reais. (BOITO JR., 2011, p. 131)

Para Boito Jr. (2011), longe de estar morto, o desenvolvimentismo não só ainda existe no subcontinente, como é a ideologia econômica que domina o cenário brasileiro e tem como base social as burguesias internas dos países latino-americanos. Os governos Lula e o primeiro governo Dilma se apoiaram numa ampla coalizão de forças políticas que possui como sustentáculo a burguesia interna brasileira, uma fração de classe que busca, ao mesmo tempo, associar-se ao imperialismo e limitar sua expansão no interior do país, com sustentação política de alguma frente de coalizão.

Nesse caso, o projeto econômico que expressa a relação de representação política entre o governo e a burguesia interna é o que o autor denomina *frente*

neodesenvolvimentista. Trata-se de um projeto que possui três diferenças significativas em relação ao desenvolvimentismo do período de 1930-1980 no Brasil: índices mais modestos de crescimento econômico; aceitação da especialização regressiva, concentrando-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários e de recursos naturais e focando a indústria de transformação nos segmentos de baixa densidade tecnológica; e centralidade na exportação. São, pois, mudanças integralmente interessantes à burguesia interna e, o que é mais importante: é o “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico.” (BOITO JR., 2012, p. 69)

Seguindo a análise do mesmo autor, a frente neodesenvolvimentista não resultou fundamentalmente da burguesia interna, mas sim da luta do movimento sindical e popular, dadas as origens do Partido dos Trabalhadores e as insatisfações populares com o neoliberalismo levado a cabo pelo PSDB durante a década de 90. Trata-se, pois, de uma aliança contraditória: por um lado, as frações de classe populares – trabalhadores desorganizados, movimento sindical e movimento popular – são a força principal da frente e é nelas que o governo pôde se apoiar e obter expressivos resultados eleitorais com políticas fortes de distribuição de renda; por outro, a grande burguesia interna – composta pelas indústrias da construção naval, civil, pesada, parte da indústria de transformação, agronegócio e grandes bancos privados nacionais – logra posição de hegemonia no bloco no poder e na correlação de forças, ao ser a força dirigente da frente.

A unidade é instável e garantida através de medidas protetoras do Estado brasileiro para melhorar a posição que ocupa no capitalismo dependente, sobretudo com a política de facilitação de crédito via BNDES. O mais importante é que a disputa dos interesses da burguesia interna com o grande capital internacional e as frações de classe a ele diretamente associadas é a contradição principal que moveu, até 2014, a luta dessas frações burguesas. Há contradições profundas no interior da frente neodesenvolvimentista e mesmo no interior da grande burguesia interna, mas elas são tratadas, por essas frações, como secundárias. (BOITO JR., 2012)

Para nós, interessa sobremaneira a posição de um setor importante da grande burguesia interna que é a indústria nacional. A pauta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as duas maiores entidades representativas desse setor, foi prontamente atendida pelo Executivo durante os dois governos Lula. Diversas indicações empíricas apontadas por Boito Jr. (2012) mostram a influência da indústria nas decisões do governo, mas nos interessa o

fato de o segundo mandato de Lula ter sido concluído com o desenho de um novo programa para a Educação Profissional e Técnica praticamente acabado: era o PRONATEC, iniciado logo em 2011 na primeira gestão de Dilma.

Já a Venezuela vive, pelo menos desde 1998, uma conjuntura diferente. Se, assim como no Brasil, não há uma oposição rígida entre capital e trabalho, há dois blocos ou frentes políticas que se enfrentam com maior intensidade na disputa pela hegemonia no bloco no poder do Estado venezuelano. Essa conjuntura envolveu, inclusive, golpes de Estado e amplas mobilizações sociais.

Nossa proximidade com a realidade deste país ainda é pequena, mas é possível sustentar uma análise preliminar da conjuntura venezuelana. Pinheiro (2014) procura demonstrar uma tese segundo a qual o ano 1998 marca um deslocamento fundamental na correlação de forças da Revolução Bolivariana³. Antes desse ano, a contradição política principal se dava entre, de um lado, as forças populares e suas diversas organizações (Partido Comunista da Venezuela e suas dissidências, MBR-200, movimentos populares não filiados à CTV, como os Comités de Tierras Urbanas – CTU, etc.), e, de outro, o polo principal da contradição, uma aliança entre o capital financeiro internacional e as burguesias compradoras.

Em 1997, com a conversão do MBR-200 em uma organização partidária, o Movimento V República – MVR, as forças populares logram unidade em torno de uma pauta em comum, a refundação da república, e elegem Hugo Chávez Frías como o candidato da coalizão. O período compreendido entre 1998 e 2002, além de ser decisivo no cenário político local, pois, como primeiro ato, Chávez eleito convoca a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), caracterizou também uma reconfiguração da correlação de forças. A aliança das classes populares com um setor importante das forças armadas e frações da burguesia interna passa a ser o polo principal da contradição principal, logrando hegemonia no bloco no poder, enquanto que capital financeiro, burguesia compradora e amplos setores da classe média passam a fazer oposição ao governo popular de Chávez, que obteve esmagadora maioria na ANC. (PINHEIRO, 2014)

Dessa forma, a luta de classes na Venezuela se desenvolve de maneira muito tensa e com a estabilidade constantemente abalada ao longo dos anos 2000. Cada ação

³ Também concordamos com o autor quando afirma que “a Revolução Bolivariana adquire as características de uma fase democrático-popular no interior da revolução burguesa venezuelana.” (p. 191) Tal fase é resultado da impossibilidade do Estado venezuelano de institucionalizar a luta de classes. Isso se dá num período de profunda crise política, em que a convergência estável de frações burguesas no bloco no poder (Pacto de Punto Fijo, com alternância de poder entre dois partidos burgueses, AD e COPEI) não mais garantiu benefícios às classes populares, mas, ao contrário, iniciou a implementação de medidas neoliberais que tocaram em direitos básicos da população.

do governo e cada nova política aprovada são motivo de disputa, numa conjuntura de intensas mobilizações populares convocadas tanto pela oposição quanto pela base social apoiadora de Chávez.

No que se refere à análise preliminar das políticas de educação profissional de Brasil e Venezuela, no seio da conjuntura vivida por esses países nos períodos analisados, nossa primeira observação é metodológica e diz respeito à necessidade de cotejar o conteúdo das políticas públicas com as disputas de poder no seio do Estado: uma análise do bloco no poder vigente no capitalismo de uma nação exige estabelecer quais são os segmentos econômicos organizados como frações de classe e comparar as demandas desses setores com as medidas do governo em termos de políticas públicas: “Tal procedimento poderia nos dar um perfil claro do bloco no poder e de sua fração hegemônica.” (BOITO JR., 2012, p. 74)

A observação é pertinente para o caso específico das políticas de educação profissional. Não se trata de um procedimento simples, já que, nesse âmbito, as demandas desses grupos estão contidas, nas pautas de reivindicações de suas “entidades representativas”, em intersecções entre os campos da educação, do trabalho e do desenvolvimento econômico e social.

É necessário, ainda, que se delimite o que se compreende por “entidades representativas”, esforço que pode encontrar contribuições importantes nos próprios estudos de Poulantzas (1977) a respeito dos conceitos de luta política e luta econômica de classes, ação aberta e declarada de uma classe e organização de classe. Por exemplo, é claro que, no Brasil, as federações e confederações que reúnem representantes de frações burguesas – como a FIESP e a CNI já citadas, além da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN, Câmara da Indústria da Construção Civil, CBIC, Sistema S, entre outras – são entidades importantes que possuem um conjunto de pautas propositivas para a educação. No que diz respeito às classes populares, os movimentos sociais e o movimento sindical possuem também suas formulações e reivindicações próprias no que diz respeito à educação profissional e travam as disputas que lhe são possíveis na formulação das políticas.

O “percurso histórico controvertido” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005) que caracterizou as políticas de educação profissional desde o início do primeiro governo Lula no Brasil, em 2003, parece acompanhar as contradições presentes no seio

do bloco no poder. Podemos afirmar preliminarmente que o PRONATEC parece sintetizar anseios contraditórios do neodesenvolvimentismo: com o objetivo central de “ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica”, expandindo, interiorizando e democratizando a oferta, em relação com as demais políticas de distribuição de renda no país (BRASIL, 2011), o programa prevê a oferta de doze milhões de vagas na educação profissional até 2018, considerando-se tanto os cursos técnicos quanto os de formação inicial e continuada.

O que chama a atenção é a distribuição das matrículas segundo a esfera administrativa. Nossas estimativas são de que o Sistema S é responsável por 70% da expansão e o restante é dividido entre a Rede Federal, esferas públicas municipal e estadual e escolas privadas. (BRASIL, 2013; 2015) Como o programa prevê a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo numa parceria entre governo e Sistema S, trata-se de um aporte direto de recursos públicos para entidades sindicais administradas e organizadas para formar a mão de obra de setores específicos da grande burguesia interna. O Sistema S é historicamente um sistema sindical de formação técnica criado e administrado pela indústria e comércio nacional na década de 40, durante o primeiro surto desenvolvimentista do país.

O caráter da formação ofertada hegemonicamente pelo PRONATEC também é facilmente verificado já na oferta nacional: do total das matrículas previstas na primeira etapa do programa, 29,7% delas concentram-se em currículos de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – ETPN e 70,3% em cursos de formação inicial e continuada, que possuem carga horária reduzida (60 a 300 horas) e são fundamentados no treinamento direto para o mercado de trabalho. (BRASIL, 2013) Além disso, internamente à ETPN, a oferta mediante currículo integrado, reivindicação histórica das classes populares e fundamentado na perspectiva politécnica de educação, não é predominante. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2014)

Por outro lado, a expansão prevista é equivalente ao crescimento da educação profissional no Brasil durante pelo menos seis décadas anteriores a 2011, o que reflete as reivindicações dos setores populares e frações de classes organizadas que disputaram o poder do Estado durante os governos Lula e o primeiro governo Dilma. A aprovação do Decreto nº 5154/2004, que possibilitou o currículo integrado e rompeu com a cisão obrigatória entre ciência e técnica, entre educação propedêutica e educação para o trabalho, que orientava a política de educação profissional no Brasil desde 1997,

também foi um avanço significativo e um compromisso de candidatura assumido por Lula no seio das contradições da frente neodesenvolvimentista.

Na Venezuela, por seu turno, durante a década de 90 o Instituto de Cooperación Educativa (INCE) constituía, segundo Weinberg (2002), um ente autônomo interno ao Ministério da Educação, mas com a estrutura de organismos especializados setoriais que o vinculavam a instâncias públicas e privadas de gestão da formação técnica. Ou seja, não se tratava nem de um processo delegado hegemonicamente a uma estrutura privada como o Sistema S no Brasil, nem de uma gestão pensada completamente no âmbito de alguma instituição do Estado venezuelano.

Com o processo de transformação da República da Venezuela a partir da nova Constituição Bolivariana, o Ministerio de Educación y Deportes assume integralmente a gestão de todas as escolas técnicas, chamadas *Escuelas Tecnicas Robinsonianas*. A apresentação do documento que as orienta inicia-se da seguinte forma:

El proceso de profunda transformación planteado en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, trae implícito para la nueva República la formación de un nuevo ciudadano que construya las bases de la nueva sociedad. Para ello, el Ministerio de Educación y Deportes liderado por el Ministro Aristóbulo Istúriz está generando políticas educativas fortaleciendo el nuevo Estado Docente que impulse el paso de una democracia política y representativa a una democracia social y participativa, de estado de derecho a un estado de justicia; todo esto concatenado con la revolución cultural productiva que nos permita dar el paso de un país rentista a un país productivo. (VENEZUELA, 2004, p. 9)

Assim como no Brasil, a dimensão produtiva está no centro dos objetivos a serem alcançados com a educação profissional. Porém, é necessário aprofundar a investigação a respeito das formas através das quais os setores produtivos internos da Venezuela se envolveram na disputa de uma concepção de educação, relacionando tal envolvimento com a posição que ocupam na correlação de forças, com destaque para os setores envolvidos com a produção do petróleo. Certo é que a “produtividade” não é uma categoria utilizada nos documentos de políticas da mesma forma que está presente na concepção do PRONATEC no Brasil e ganha novos contornos a partir dos conceitos de “democracia social e participativa” e formação do “novo cidadão”.

Nossas análises preliminares também apontam para o fato de que os movimentos sociais que constroem a luta pela educação na Venezuela – principalmente a partir das *misiones* levadas a cabo pelo governo desde 1999, das quais a *mision* Robinson, relacionada à educação de jovens e adultos e educação profissional, é uma das mais importantes, e dos Conselhos Comunais, estimulados pelo governo a partir de 2006 –

têm uma relação com o Estado mais complexa que no caso brasileiro. Para Silva (2012), por exemplo, existiu certa imposição das políticas chavistas: seguindo a terminologia “que classifica a relação Estado/movimentos sociais a partir das categorias de ‘reflexo-dependência’, ‘autonomia moderada’ e ‘autonomia radical’, nota-se na Venezuela certa oscilação dos movimentos entre a primeira e a segunda forma (que derivariam na prática em apoio aberto ou crítico ao Estado).” (p. 9)

CONCLUSÕES

As comparações entre, de um lado, disputas entre frações de classe pela hegemonia do bloco no poder de Estado e, de outro, “controvérsias” no percurso das políticas de educação profissional na América Latina são inevitáveis e constituem o centro do percurso analítico proposto neste trabalho. É necessário dispor de um conjunto de dados maior do que o que dispomos até aqui para afirmar a natureza do PRONATEC ou das *Escuelas Tecnicas Robinsonianas* como programas típicos da correlação de forças que regeu as políticas brasileira e venezuelana nos períodos analisados. Entretanto, a ideologia econômica do neodesenvolvimentismo e o “socialismo do século XXI” parecem ser eixos orientadores do conteúdo e da forma de oferta dessas políticas, mesmo que elementos também desenvolvimentistas presentes na concepção das *Escuelas Tecnicas Robinsonianas* tensionem uma perspectiva mais humanista e politécnica de educação profissional, reivindicada historicamente pela classe trabalhadora e formulada pelo próprio PSUV.

De qualquer forma, a conjuntura da América Latina atual impõe que tendências e concepções progressistas de educação disputem espaço com conservadoras, como resultado das próprias tensões entre as políticas de cada país no seio da conjuntura internacional. Isso possibilita ou não a emergência de políticas mais próximas à proposta politécnica, que nada mais é que, no plano pedagógico, uma forma de enfrentamento, ao nível das relações e lutas concretas, às polaridades resultantes da sociedade de classes.

Nossa principal contribuição se dá no campo da formulação de uma proposta metodológica de análise da educação profissional na América Latina. Demos importância central à comparação entre as reivindicações das frações de classe que disputam a hegemonia do bloco no poder do Estado e as medidas adotadas pelos governos. Nesse sentido, o campo da Sociologia dos Movimentos Sociais pode ser um fundamental aporte, compreendendo que as discussões sobre os movimentos sociais

costumam-se centrar, ora num olhar específico sobre a atuação do Estado, ora em análises que se dedicam a investigar a dinâmica interna dos movimentos, quase sempre apenas na dimensão das relações internas ou nacionais (BRINGEL e FALERO, 2014). É necessário encontrar saídas teóricas que nos permitam conhecer as imbricações entre as duas dimensões, sendo capaz de analisar as reivindicações dos movimentos e sua dinâmica interna e, ao mesmo tempo, percebendo como o Estado e seus aparelhos se relacionam com eles, na dinâmica da formulação e do acompanhamento das políticas públicas.

A escolha adequada das “entidades” cujas pautas serão analisadas, para além da análise dos documentos oficiais das políticas públicas, é fundamental. Trata-se de um esforço analítico que compreende as políticas públicas como resultado das contradições no seio da sociedade e consegue trabalhar a perspectiva comparativa desde a categoria da dependência.

REFERÊNCIAS

BOITO JR., A. A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e a sua inserção no quadro político da América Latina. *In*: ALIANGA, L.; AMORIM, H.; MARCELINO, P. (orgs.) **Marxismo: teoria, história e política**. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. *In*: BOITO JR., A.; GALVÃO, A. (orgs.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BORÓN, A. **Socialismo siglo XXI** ¿Hay vida después del neoliberalismo? Buenos Aires: Luxemburg, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse estatística da educação básica**, 2014. Brasília, 2015. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 18/04/2015.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Pronatec: novas oportunidades de acesso ao Ensino Técnico e Profissional**. Brasília, 2013. Disponível: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=124221&tp=1>>. Acesso em: 14/03/2015.

BRINGEL, B.; FALERO, A. **Movimientos sociales y gobiernos em América Latina**: nuevos escenarios y tipología de relaciones. Borrador de texto preparado para discusión final del curso “América Latina: Movimentos Sociais e Transformações Regionais”, ministrado em el IESP-UERJ, 2º semestre de 2014.

_____. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, ago. 2000.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal**: marxismo e educação em debate. Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTUSCELLI, D. E. A burguesia mundial em questão. **Crítica marxista**, n. 30, 2010.

PINHEIRO, J. Luta pelo socialismo no interior da Revolução Bolivariana. In: PINHEIRO, J. (org.). **Marx**: crise e transição: contribuições para o debate hoje. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SILVA, F. P. Analisando democracias a partir das relações entre Estados e movimentos sociais: os casos da Venezuela, Bolívia e Equador. In: GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. (orgs) **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

VENEZUELA. MINISTERIO DE EDUCACION Y DEPORTES. **Escuelas Técnicas Robinsonianas**. Caracas, 2004.

WEINBERG, P. D. Modernización de la formación profesional en América Latina y el Caribe. In: YANNOULAS, S. C.; FAUSTO, A. **Anais do Seminário Internacional “Idéias Sociais e Políticas na América Latina e Caribe – Estudos Comparados sobre as PPTRs”**. Brasília: Intertexto, 2002.